

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM CONTEXTO PERIFÉRICO: Preservação da igreja de São Daniel em Manguinhos/ RJ

Érick Alves Gallo¹

Resumo

Este trabalho aborda a preservação do patrimônio cultural sob a ótica da educação patrimonial frente às mudanças socioculturais, políticas e ambientais em contexto periférico. Nesse sentido, é realizado um ensaio acerca da igreja de São Daniel Profeta, em contexto contemporâneo e em território conflagrado pela violência armada. Sua construção ocorreu no âmbito da década de 1960, por iniciativa do Estado da Guanabara, através de mobilização da primeira-dama, e representou a postura do Estado no desenvolvimento de políticas civilizatórias, atreladas à pedagogia cristã, aos habitantes das favelas e conjuntos proletários. Portanto, a existência da igreja influenciaria a vida dos moradores, por meio de seus símbolos, não se restringindo a uma construção populista idealizada para entreter a população, pois durante muitos anos possuiu intensa atividade cultural, como ponto turístico-religioso, regionalmente. Dada significância cultural, e autoria do projeto pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer, a igreja foi o primeiro tombamento de arquitetura moderna, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC. Hoje se encontra descaracterizada formalmente, pela ampliação do seu processo de periferização e descaso pelos que deveriam zelar oficialmente por sua proteção. No entanto sua valorização e preservação são dadas através dos movimentos sociais e coletivos por parte dos fiéis e moradores da favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, local onde a “hóstia” está inserida. Dessa forma, as narrativas e memórias dos fiéis em torno das relações socioculturais com o bem em questão trazem a tona reflexões acerca da participação social e organização política nos processos patrimoniais em periferias urbanas.

Palavras-chave: patrimônio cultural, sociedade, território, educação patrimonial.

¹ Mestrando em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz. Especialista em Cidades, Políticas Urbanas e Movimentos Sociais pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário Augusto Motta.

HERITAGE EDUCATION IN A PERIPHERAL CONTEXT: Preservation of the Church of São Daniel in Manguinhos / RJ

Abstract

This work addresses the preservation of cultural heritage from the perspective of heritage education in the face of socio-cultural, political and environmental changes in a peripheral context. In this sense, an essay is made about the church of São Daniel Profeta, in a contemporary context and in a territory conflicted by armed violence. Its construction took place in the 1960s, at the initiative of the State of Guanabara, through the mobilization of the First Lady, and represented the State's stance in the development of civilizing policies, linked to Christian pedagogy, to the inhabitants of the slums and proletarian groups. Therefore, the existence of the church would influence the lives of residents, through its symbols, not being restricted to a populist construction idealized to entertain the population, because for many years it had intense cultural activity, as a tourist-religious point, regionally. Given cultural significance, and authored by the renowned architect Oscar Niemeyer, the church was the first listing of modern architecture, carried out by the State Institute of Cultural Heritage - INEPAC. Today it is formally uncharacterized, due to the expansion of its peripheralization process and neglect by those who should officially look after its protection. However, its valorization and preservation are given through social and collective movements by the faithful and residents of the Manguinhos favela, in the city of Rio de Janeiro, where the "host" is inserted. In this way, the narratives and memories of the faithful around the socio-cultural relations with the property in question bring up reflections about social participation and political organization in heritage processes in urban peripheries.

Keywords: cultural heritage, society, territory, heritage education.

EDUCACIÓN DEL PATRIMONIO EN UN CONTEXTO PERIFÉRICO: Preservación de la Iglesia de San Daniel en Manguinhos / RJ

Resumen

Este trabajo aborda la preservación del patrimonio cultural desde la perspectiva de la educación del patrimonio frente a los cambios socioculturales, políticos y ambientales en un contexto periférico. En este sentido, se realiza un ensayo sobre la iglesia de São Daniel Profeta, en un contexto contemporáneo y en un territorio en conflicto por la violencia armada. Su construcción tuvo lugar en la década de 1960, por iniciativa del Estado de Guanabara, a través de la movilización de la Primera Dama, y

representó la postura del Estado en el desarrollo de políticas civilizadoras, vinculadas a la pedagogía cristiana, a los habitantes de los barrios bajos y los grupos proletarios. Por lo tanto, la existencia de la iglesia influiría en la vida de los residentes, a través de sus símbolos, no restringiéndose a una construcción populista idealizada para entretener a la población, porque durante muchos años tuvo una intensa actividad cultural, como punto turístico-religioso, regionalmente. Dada importancia cultural, y escrita por el renombrado arquitecto Oscar Niemeyer, la iglesia fue la primera lista de arquitectura moderna, realizada por el Instituto Estatal de Patrimonio Cultural - INEPAC. Hoy en día no se caracteriza formalmente, debido a la expansión de su proceso de periferia y al desprecio por aquellos que deberían cuidar oficialmente su protección. Sin embargo, su valorización y preservación se dan a través de movimientos sociales y colectivos por parte de los fieles y residentes de la favela Manguinhos, en la ciudad de Río de Janeiro, donde se inserta el "anfitrión". De esta manera, las narraciones y los recuerdos de los fieles en torno a las relaciones socioculturales con la propiedad en cuestión suscitan reflexiones sobre la participación social y la organización política en los procesos patrimoniales en las periferias urbanas.

Palabras clave: patrimonio cultural, sociedad, territorio, educación patrimonial.

1 Introdução

A Educação Patrimonial é um *instrumento* de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, grifo das autoras)

Fim de tarde, 16 de junho de 2015, era realizada a primeira incursão do grupo do projeto de extensão Arquetando Intersubjetividades², em Manguinhos, a fim de mapear os impactos gerados pelas inacabadas obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Manguinhos, iniciadas em 2008 e que até hoje não foram concluídas. A presente incursão ocorreu por mediação de uma integrante do grupo que era moradora do território em questão.

O que inicialmente se apresentava como um grande caos aos poucos ia ganhando sentido à medida que alguns códigos iam sendo revelados. Confirmando os caminhos apontados por Lévi-Strauss (1996, p.54), ao descrever que “toda paisagem se apresenta de início como uma imensa desordem, que nos deixa livres para escolhermos o sentido que preferirmos lhe atribuir”. Os limites entre onde se pode ir e o que se pode registrar, estabelecidos pelos locais, logo vão mostrando as muitas fronteiras que são invisíveis aos olhos dos “estrangeiros”. Entretanto, fato tornara-se marcante nesta primeira pesquisa de campo: a descoberta de um patrimônio ignoto dentro da favela. Uma assinatura no espaço da anomia, a igreja São Daniel Profeta projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurada por Juscelino

² O projeto de extensão Arquetando Intersubjetividades: Assistência técnica para Habitação de Interesse Social, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam), apresentava como foco de interesse principal a oferta de assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como base a aplicação da Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Durante o ano de 2015 atuou em parceria com o Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM/ Fiocruz), o Laboratório Laboratório Socioambiental de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (LSecau/FEN/UERJ) e a Comissão de Moradores de Manguinhos, documentando e sistematizando os problemas que os moradores enfrentavam, de forma a subsidiar suas demandas junto a Defensoria Pública e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Kubitschek, apresentada com muito orgulho pela integrante-guia ao grupo de futuros arquitetos e urbanistas (GALLO e CARDOSO, 2016).

Aguçado o interesse pela *descoberta* da construção cercada por becos e autoconstruções, o desejo de pegar a máquina fotográfica foi logo podado pela guia, relatando a impossibilidade de fotografar, bem como circular a construção, pois ali era um dos locais mais “*delicados*” da comunidade. A medida que o projeto e os diálogos com os atores sociais avançavam, essas informações eram ratificadas, sendo percebido que a maioria dos conflitos armados locais, ocorriam nas imediações da “*hóstia*”.

Com ampliação das investigações sobre o território e gênese de cooperações, foi elaborada uma oficina pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM/ Fiocruz), com participação ativa dos moradores de Manguinhos, para elaboração de um mapa geral dos problemas coevos, em particular, os gerados pelos impactos da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/ Manguinhos)³. Nessa ocasião buscava-se compreender as deficiências e necessidades dos moradores para subsidiar a elaboração de soluções técnicas, oriundas da universidade, na oportunidade de expandir um novo olhar sobre arquitetura social e popular para a comunidade. Desse modo, a participação ativa dos moradores foi essencial para compreensão dos lapsos deixados ao longo dos anos.

No encerrar das atividades, ao guardar os mapas utilizados, uma moradora, também fiel da igreja de São Daniel, solicitava o mapa correspondente a área que se insere a edificação. Nesse momento iniciava um diálogo sob a ótica patrimonial, permanente até os dias atuais, sobre o estado

³ O Programa de Aceleração do Crescimento, criado em 2007, no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscou promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu crescimento acelerado e sustentável. Na cidade do Rio de Janeiro, foi implementado em complexos de favelas com os piores índices IDH, tais como Alemão, Rocinha e Manguinhos, tendo como objetivo uma intervenção pacífica do Estado, de grande impacto, para melhoria das condições de vida dos moradores, por meio da garantia do acesso à educação, cultura, lazer, emprego e desenvolvimento comunitário.

de conservação e ações em prol de preservação, através de ações de valorização e conservação. De tal forma, esse contato com a comunidade e o bem permitiram aprofundamentos acerca dos processos de apropriação dos bens culturais em contextos periféricos.

Para tal investigação, este trabalho pretende contribuir no cerne das possíveis ações de educação patrimonial em prol da preservação da edificação. Dessa forma, contextualiza as políticas de patrimônio cultural em âmbito nacional, a fim de compreender os aspectos patrimoniais legais e suas práticas nos edifícios modernistas⁴. Em seguida, apresenta os aspectos morfológicos do território de Manguinhos, através de sua formação e história. De mesma importância e pelos mesmos aspectos, caracteriza a igreja de São Daniel, enquanto patrimônio cultural contemporâneo, no presente território conflagrado pela violência armada e suas consequências na preservação da edificação. Portanto, a partir da compreensão das políticas patrimoniais nacionais, questiona se apenas o “*tombamento é a única solução*” e apresenta movimentos de insurgências no campo patrimonial na comunidade, e suas possibilidades de atuação no contexto das ações de educação patrimonial. Neste âmbito, não se pretende analisar as correntes ou etimologia do termo “Educação Patrimonial”, sendo, portanto, trabalhado de acordo com os conceitos e métodos empregados no Guia Básico da Educação Patrimonial, elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Políticas de Patrimônio Cultural no Brasil

Fonseca (2009, p. 37) aponta que, em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, no Brasil, se apresenta primitivamente na Constituição de 1934, como sendo objeto de proteção

⁴ Estilo arquitetônico da igreja de São Daniel e característico de Oscar Niemeyer. Os estilos arquitetônicos são utilizados com o fim de classificar períodos da história da arquitetura de acordo com as características formais, técnicas e materiais. A arquitetura moderna é uma designação genérica para o conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida durante grande parte do século XX, inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo.

obrigatória por parte do poder público. No entanto, somente em 1937, com o decreto-lei n. 25, que se regulamenta a proteção dos bens culturais. Nesse sentido, compete ao poder público, portanto, exercer a proteção dos “valores culturais ínsitos no bem material, público ou particular, a cujos predicamentos, particulares ou peculiares é sensível a coletividade e importa *defender e conservar em nome da educação*, como elementos indicativos da origem, da civilização e da cultura nacionais” (ROCHA, 1967 apud FONSECA, 2009, p.39, grifo meu).

No entendimento das políticas de preservação patrimonial abranger âmbitos além dos conjuntos de atividades que visam à proteção de bens em sua feição material, considera-se, de amplo modo, a garantia do “direito à cultura dos cidadãos” como objetivo dessas políticas (FONSECA, 2009, p.39). É importante ressaltar o reconhecimento de “*cultura*” enquanto valores que denotam a “*identidade da nação*”. Nesse aspecto, a proteção jurídica busca assegurar a permanência dos “valores culturais” identificados em seus objetos de proteção, através do agenciamento físico-material, que só podem ser compreendidos através de suas características. O tombamento, enquanto instrumento jurídico de proteção da integridade física não é por si só suficiente à sustentação de uma política pública de preservação, tendo como premissa as condições de acesso a valores e significados que justifiquem sua preservação.

Chuva (2017) e Nogueira (2005) destacam a participação dos intelectuais modernistas na concepção das políticas patrimoniais no Brasil, na busca de uma identidade cultural/ nacional. Mesmo com as mudanças na atuação, e descentralização, durante as décadas de 1950 e 1960, onde “a ideologia do desenvolvimento atrelou o nacionalismo aos valores da modernização” (FONSECA, 2009, p.141).

Manguinhos: Formação e história

A região que hoje conhecemos como “Manguinhos” situa-se em uma área que abrigou, e ainda abriga diversas histórias e usos. Fora habitada por índios Tupinambás, serviu como lavoura açucareira, voltada para a exportação, áreas de plantios de alimentos, implantação do Instituto Soroterápico (atual Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ), refúgio para desabrigados de favelas extintas por programas de urbanização, ou mesmo pelo êxodo rural, entre outras. No final do século XIX a região da Freguesia de Inhaúma começou a ser loteada para fins residenciais, devido ao processo de urbanização acelerado, dando origem aos diversos subúrbios da Zona Norte (OLIVEIRA, B. et al, 2003, p.25), entre eles, Manguinhos.

A partir da década de 1940, se intensificou o processo de ocupação da região, motivado pela migração advinda de zonas rurais e outras regiões do país, principalmente do Nordeste, embora, o contingente de maior significância tenha sido constituído, posteriormente, pelas migrações decorrentes de outras comunidades próximas, onde ocorreram remoções.

Nas décadas seguintes, se intensifica o processo de remoções, contribuindo para constituição de novas ocupações. Nesse aspecto, Fernandes e Costa (2009), exemplificam a extinção da favela da Praia do Pinto, hoje ocupado por um condomínio de classe média alta no Leblon, com o êxodo dos moradores para os territórios em análise. Outras favelas como, Esqueleto, Caju, Cachoeirinha, Catacumba cooperaram para o adensamento populacional da região. Na mesma época, houve investimentos em conjuntos habitacionais e parques proletários, provisórios, como solução às remoções. O processo de aumento da implantação de indústrias nas adjacências de região contribuiu para o adensamento da mesma.

O Complexo de Manguinhos, constituído por cerca de onze favelas, teve seu limite geográfico definido somente a partir de 1988, através de Decreto Municipal, constituindo o bairro de Manguinhos. No decorrer de sua história, ocorreram muitas políticas de intervenções urbanas, tanto para aberturas de grandes vias, como em projetos de reurbanização das próprias favelas. Em um

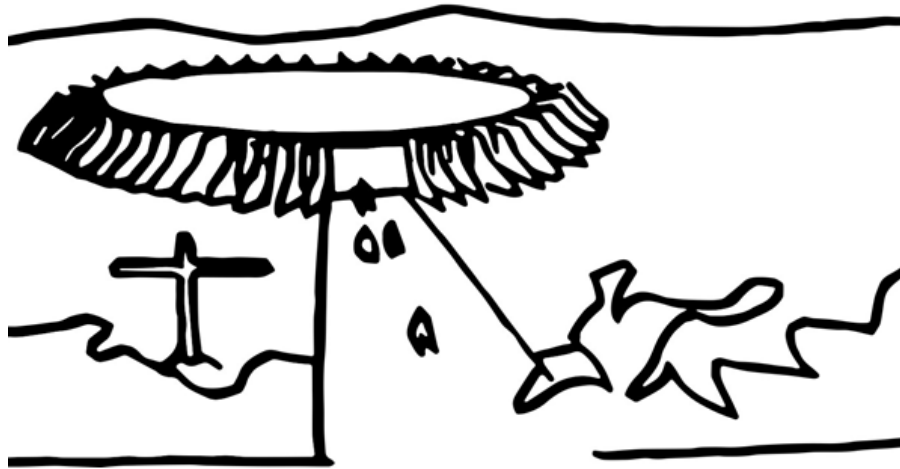
determinado momento, no que tange possíveis obras de reurbanização, observa-se a construção da Igreja de São Daniel Profeta, no Parque São José, atualmente identificado geograficamente como parte do Parque João Goulart e do CHP2.

Morfologicamente, a região apresenta-se cindida, além das linhas férreas e avenidas, pela adutora da Companhia Estadual e Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), pelas torres de alta tensão da Companhia de Energia Elétrica (Light S.A.), juntamente da Horta Comunitária, implantada recentemente em processo de reurbanização da comunidade. Na atualidade, Manguinhos se destaca nas manchetes, não por suas histórias de superação, e sim por questões de violência, confrontos armados entre policiais e traficantes, além dos impactos negativos acarretados pela última grande intervenção urbana ocorrida, o PAC/Manguinhos.

Patrimônio e favela: A igreja de São Daniel

Como objeto de análise, o bairro de Manguinhos detém significativo número de bens com interesse cultural, dado a excepcional presença do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos, situado no campus da Fiocruz. No complexo de favelas, encontra-se a Igreja de São Daniel Profeta, “*templo simples de linhas contemporâneas*”, projeto do renomado arquiteto Oscar Niemeyer (Figura 1), inaugurada no início da década de 1960 e que representa o primeiro tombamento de arquitetura moderna pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara - atual Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e território do atual município do Rio de Janeiro, respectivamente.

Figura 1: Croquis da Igreja de São Daniel, elaborado por Niemeyer.



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer, s.d.

A configuração patrimonial atribuída à igreja não é somente expressa pela arquitetura, de linhas simples e modernas de Niemeyer. Seu interior, projetado por Heitor Coutinho, possuía diversas obras de artes, tais como: A Via Sacra, pintada por Alberto da Veiga Guignard, uma estátua do profeta Daniel, moldado do original de Aleijadinho que se encontra em Congonhas do Campo, uma Pia Batismal em madeira de lei oferecida pelo Museu de Ouro Preto ao Governo do Estado da Guanabara, além de uma imagem da Virgem com o menino Jesus. Por essa singularidade, durante muitos anos, a foi inserida em roteiros históricos-turísticos. Ressalta-se, nesse sentido, o tombamento enquanto *Conjunto Arquitetônico-pictórico*, pelo valor artístico reconhecido pelo órgão de preservação.

Não obstante seu valor cultural e tombamento, a igreja e seu entorno não receberam conservações adequadas (Figura 2), que resultaram na vulnerabilidade do bem em menos de dez anos após sua inauguração, evidenciando, assim, as fragilidades da prática de preservação por meio das políticas públicas.

Figura 2: Igreja São Daniel, seu entorno com ruas esburacadas e inter-relações.



Fonte: Acervo pessoal de fiéis, s.d.

Tombamento é a única solução?

Por meio da necessidade constante de manutenção, intrínsecas as construções, e por se juntar as condicionantes físicas e sociais do local de sua inserção, a igreja de São Daniel sofreu, ao longo do tempo, pela negligência dos responsáveis por sua proteção. Com a falta de manutenção, em um curto período de tempo, a igreja já apresentara problemas, agravados ao longo dos anos com o completo abandono por parte dos órgãos públicos, no que tange a incapacidade de atendimento ao “disposto constitucional quando obriga ao Estado [a] proteger e garantir perenidade e a incolumidade dos seus bens culturais” (DPHA, 1966).

A partir da ausência de políticas públicas, a igreja encontra-se envolta pelas autoconstruções (Figura 3), o que a torna um projeto com assinatura arquitetônica em um espaço marcado pela anomia nas construções populares. Dessa forma, por falta de preservação e cuidados, a construção foi sendo cada vez mais deteriorada pelos problemas estruturais, enchente e,

principalmente, a violência urbana, existentes no local, que acabaram por descaracterizar a construção.

Figura 3: Vista aérea de parte da comunidade, com destaque à Igreja de São Daniel, à direita da imagem, construção circular divergente das demais, em entorno altamente adensado.



Fonte: Google Maps, 2016.

No que tange a violência, institucionalizada no território (Figura 4), recorreremos a Chauí (1995) que discute sobre o acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondente ao imaginário social brasileiro no cerne da questão e aponta mecanismos argumentativos. Ela estabelece como primeiro mecanismo a exclusão, que percebemos no território em análise, pela anomia de políticas públicas nos diversos aspectos. A autora resume a violência como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.

Figura 4: Publicação em redes sociais referente ao tiroteio ocorrido no entorno do bem, tendo sido alvo de projéteis.



Fonte: Facebook COMACS Manguinhos, 19 mar. 2019.

Guattari (2001, p. 42) evidencia que os agenciamentos subjetivos complexos resultam sempre a violência e a negatividade e “elas não estão intrinsecamente inscritas na essência da espécie humana, são construídas e sustentadas por múltiplos agenciamentos de enunciação”. Do mesmo modo, não podemos considerar que a violência está intrinsecamente vinculada ao território, portanto “a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar 'transversalmente' as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referência sociais e individuais” (GUATTARI, 2001. p. 25).

Para Niemeyer (1897 apud WOLF, 2012), a arquitetura brasileira é discriminatória, bem como sua própria arquitetura, pois a base dessa arquitetura é a sociedade brasileira que é discriminatória e, somente com mudanças na sociedade é possível que a própria arquitetura seja feita para todos. Em contraponto, Niemeyer é identidade nacional no campo da

arquitetura e, segundo Stuart Hall (2006 apud ANTUNES, 2009, p. 64), as identidades nacionais “representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares”.

Em concordância com Fonseca (2009, p. 44) “as significações produzidas pelas diferentes leituras podem inclusive estar bem distantes da intenção ou do interesse do autor da obra - ou, no caso dos bens patrimoniais, das significações e valores que os agentes estatais autorizados lhes atribuíram enquanto patrimônio”. Nesse sentido, sua chancela de reconhecimento patrimonial, corroborado pela comunidade, traz orgulho, com sentido de legitimidade e valorização para um grupo social que vive na anomia, onde os vestígios de um patrimônio de pedra e cal continuam sendo mantidos por seus fiéis, ainda que diante de todas as adversidades vividas na comunidade.

Atualmente, a edificação se encontra descaracterizada (Figura 5). As alterações se espalham desde os jardins e entorno, até os vitrais que compunham o sistema de envoltória/ esquadrias e que foram substituídos por paredes de alvenaria e cobogós. Foram instaladas duas portas metálicas, além de comportas, buscando impedir que as águas das inundações, recorrentes na região, invadissem a construção. A cor e o piso também sofreram alterações, o piso, inclusive, passou por uma nova intervenção recentemente. Quanto às modificações ocorridas na substituição das esquadrias por alvenaria e cobogós, foram motivadas por questões de segurança e manutenção, considerando que os vitrais eram ocasionalmente estilhaçados, em tiroteios na região. Esta mudança foi motivada tanto pela impossibilidade financeira de manutenção e troca dos vidros e esquadrias atingidas e, também, pela insegurança, com receio dos moradores por ‘balas perdidas’ nas dependências da igreja.

Figura 5: Atual estado de conservação da igreja.



Fonte: Acervo Arquitetando Intersubjetividades, 2017.

Tais alterações destoaram por completo do projeto original, ocasionando o não reconhecimento da obra por Oscar Niemeyer, dentre seus projetos de templos religiosos. Como prova disto, temos o lançamento do livro “As igrejas de Oscar Niemeyer” em 2011, que não contém nenhuma menção ao referido projeto. Portanto a igreja se tornou o “patinho feio”. Este termo é derivado de uma reportagem de agosto de 2011, da Folha de São Paulo, no dia do lançamento do livro, que referenciava a ausência do templo na bibliografia do próprio autor. A decisão de não incluir a igreja no livro foi do próprio Niemeyer que lamentou: “Não quis incluir. O projeto foi muito modificado”.

Outro episódio de grande incômodo e depreciação da igreja foi o rebaixamento de categoria eclesiástica: de igreja para capela. Embora tenha havido esta mudança, os fiéis continuam a referenciá-la como Igreja de São Daniel, e acrescentam o “Profeta”, ratificando Daniel como profeta e não santo. Todas as modificações, apesar de ser uma edificação tombada, foram feitas pelos próprios moradores da comunidade e fiéis, de forma empírica, sem conhecimento técnico, e de acordo com as necessidades coevas. Recorrente nos diálogos, as estruturas só se mantêm até os dias atuais, graças aos esforços comunitários, na realização de quermesses, festas, cantinas

voluntárias, e até mesmo por rifas organizadas pelas crianças, trabalho árduo dos fiéis para conseguir manter o bem fisicamente, subsidiando as intervenções no templo.

Insurgências em Manguinhos: caminhos e possibilidades da educação patrimonial

O processo de insurgência, no território de Manguinhos, é notado no período pós-PAC, pelo desespero das pessoas vivendo em situações precárias e arriscadas, se estendendo para além das causas habitacionais, no entendimento das ações e políticas públicas desintegradas. Nesse sentido, mesmo com a questão habitacional em voga, as culturais ressaltavam no discurso de partes dos moradores, não se restringindo à carência de áreas de esporte e lazer, consideradas como “cultura” no senso comum da favela. A igreja de São Daniel, nesse sentido se destacava pelo “tombamento” como algo de maior reconhecimento e importância. Dada à representatividade da construção e processo de identidade comunitário, a insurgência dos fiéis é marcada pelos relatos e sentimento de abandono por parte dos responsáveis legais pela preservação da igreja e, marcada também, pela insatisfação relativa ao parco retorno prático, mesmo com o excessivo número de pesquisas acadêmicas e/ou apoios técnico-científicos, sobretudo pelo órgão de preservação.

No âmbito da Educação Patrimonial, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) destacam o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio como fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável dos respectivos bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Nessa perspectiva, um dos primeiros movimentos insurgentes, e de sucesso, ocorreu em 2010, ano de comemoração dos 50 anos da inauguração da Igreja de São Daniel. Neste ano, diversas manifestações culturais foram organizadas pela igreja, além de

esforços para uma possível restauração física do bem, confrontando a ideia de “destombamento”⁵ cogitada pelo órgão de preservação.

Como esforço, destaca-se a parceria iniciada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), INEPAC, e uma comissão de fiéis que buscavam a manutenção da igreja, em mesa promovida pela ‘V Semana do Patrimônio’. Ao encontro dos fiéis, as ações desenvolvidas pela COC, bem como as realizadas no âmbito de do curso de Arquitetura e Urbanismo, na Unisuam, tornaram-se espaços de mediação, e encontro do saber formal da ciência da arquitetura, com o saber comum e popular, a partir da experiência dos que vivenciam o patrimônio cotidianamente, se configurando num modo de produção compartilhada de conhecimento e informação. Dessa forma, o processo de auto-organização da sociedade e, sobretudo das camadas populares, criam o sentimento e a prática de cidadania participativa (CHAUÍ, 1995).

Ainda, sobre os processos participativos efetivos, no âmbito das ações de educação patrimonial, pode-se afirmar que:

É imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. (FLORÊNCIO et al, 2014)

Bortolozzi (2008) aponta a educação patrimonial como estratégia possível e importante nas propostas alternativas para um planejamento urbano associado à gestão territorial e à inserção social das comunidades. Dessa maneira, o patrimônio cultural pode revelar caminhos e potencialidades para requalificação local através de políticas participativas, que valorizem a cidadania. Nesse processo, Florêncio et al (2014) destaca as iniciativas

⁵ Cabe ressaltar que existem poucos textos que analisam o “destombamento” de bens culturais. O Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, que define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção, trata sobre o destombamento dos bens, enquanto competência do Conselho Estadual de Tombamento.

educativas como recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, através do uso de múltiplas estratégias e circunstâncias de aprendizagem, construídas coletivamente e democraticamente, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais, além da participação da comunidade detentora do bem cultural.

Considerando que uma das principais razões da preservação é a melhoria da qualidade de vida da comunidade, ela se torna a verdadeira responsável e guardiã de seus valores patrimoniais através da garantia do exercício da memória e cidadania, não excetuando seu papel fundamental na conservação do bem. Viñas (2004), um dos expoentes da teoria contemporânea da restauração, defende a importância dessa participação para a construção do significado sociocultural dos lugares. Para esse autor, a conservação-restauração de bens culturais deve se direcionar a manutenção dos significados dos objetos.

Diretamente ligada a um simbolismo, a igreja se configura como um ícone, alcançando o intangível para os moradores de Manguinhos. Expressa o valor para a comunidade através da relação dos fiéis com o imaginário, unindo a memória e integridade do bem. Assim é o patrimônio compreendido, como é visto pelos moradores. Cauquelin (2007) aponta que uma constante revolução agita o par compreender/ver: compreende-se por que é visto, e a medida que se vê, mas só se vê, por meio e com o auxílio do que é compreendido no que é preciso ver naquilo que se vê. Nessa perspectiva, Florêncio et al (2014) compreende que quando integradas às diversas dimensões das vidas da sociedade, as experiências educativas se tornam mais efetivas, sendo percebidas nas práticas cotidianas. Portanto, em detrimento da estrita preservação material, em um processo de coisificação, “as políticas públicas na área deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (FLORÊNCIO et al, 2014, p. 21).

Para tanto, a igreja é viva na memória, sendo compreendido o valor imaterial do bem, indo além do visível, material e físico. Sua especificidade deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Para os fiéis, isto se estimula pela mediação da afetividade, de forma que se possa lembrar o passado, fazendo parte constitutiva do presente vivido. Já o ícone, pertence à ordem da prática, está voltado para o uso. Em resumo, pertence à ordem da sedução e da persuasão retórica. É, antes de qualquer coisa, um ‘traço’ de união, apelo, e convocação da Santíssima Trindade no fragmento material. Longe de estabelecer aí uma similitude, ele propõe simplesmente um suporte para o reconhecimento (CAUQUELIN, 2007).

Dada a compreensão da relação entre territórios urbanos e seus patrimônios culturais, permanentemente reconhecidos por seus atores sociais, é importante promover a ampliação e possibilidades de ações educativas de preservação e valorização do Patrimônio Cultural, através da promoção de políticas integradas. Dessa forma, pelo estabelecimento de vínculos das políticas públicas de patrimônio às de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas, é possível favorecer intercâmbio de práticas educativas, a fim de enriquecer o processo pedagógico a elas inerente, conforme apontado por Florêncio et al (2014). Por meio das políticas intersetoriais e da interdisciplinaridade é possível maior efetividade na participação social e na otimização de recursos, possibilitando novos caminhos para à gestão das cidades contemporâneas, sobretudo, no que tange à preservação do patrimônio cultural.

Considerações finais

Em face ao exposto, independentemente de todo negligenciamento e descaracterizações, a igreja mantém seu uso original no espaço, mantendo viva sua função na comunidade, sendo a memória um elemento de significância. Este patrimônio arquitetônico, mesmo renegado pelos grupos oficiais, encontra na comunidade, um processo de valorização e preservação física para sua continuidade. Não só como espaço arquitetônico, mas também

como espaço religioso, com celebração de missas, e a realização de aulas de alfabetização e música para a população. As reminiscências físicas do patrimônio se mantêm integras no discurso de seus fiéis, com um valor patrimonial cultural e intangível que suplanta toda e qualquer importância patrimonial das materialidades autênticas da construção moderna, das obras de arte e relíquias perdidas. As lutas sociais, em Manguinhos, se tornam uma chave que mantém a Igreja São Daniel Profeta como elemento de integridade.

Enquanto para alguns as favelas representam o atraso e a impotência do Estado, para outros podem representar o potencial social e cultural da sociedade brasileira, que se manifesta a partir de ocupações espontâneas, ricas e heterogêneas. Diante de tais aspectos, percebe-se como as práticas de proteção do patrimônio cultural, no contexto urbano contemporâneo brasileiro, dissociam-se nos discursos: mantendo o cenário asséptico no discurso formal, renegando a salvaguarda das formas sociais que explicam a evolução e o contexto atual da sociedade urbana brasileira que, em um contexto histórico, poderiam provocar uma nova dinâmica de trocas com rebatimentos positivos entre as diversas regiões que atualmente coexistem apartadas entre si como uma cidade partida e sem continuidade.

A Educação Patrimonial, enquanto processo permanente e sistemático de cunho educacional centrado no Patrimônio Cultural como foco, busca levar para a sociedade um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, os capacitando para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. Para tal, os fiéis da igreja São Daniel Profeta, através da constituição de uma Comissão de Fiéis⁶ em prol de sua preservação, construída através do conhecimento crítico, se colocam como “guardiões” do bem, fator indispensável para sua salvaguarda e no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

⁶ Neste caso está sendo referenciada a Comissão de Fiéis, que integra a Comissão de Preservação da Igreja de São Daniel Profeta, constituída por técnicos, profissionais, sociedade civil e instituições que possuem interesse em contribuir com a causa.

Ainda, no âmbito das ações de Educação Patrimonial, é possível perceber o aumento na interação entre a Comissão de Fiéis e os agentes responsáveis pela preservação do bem em questão, como a Arquidiocese do Rio de Janeiro⁷ e o INEPAC, através da constituição da Comissão de Preservação da igreja de São Daniel, possibilitando novas redes de networking e parcerias para a preservação e valorização da edificação.

Referências

- ANTUNES, Bianca. Niemeyer: identidade nacional e simbolismo. In: SEGRE, Roberto (org). *Tributo a Niemeyer*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. P. 62-67.
- BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio Cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da Educação Patrimonial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10. Espanha: Universidade de Barcelona, 2008.
- CARDOSO, Andre Luiz Carvalho; GALLO, Éric Alves. O Patrimônio Ignoto: Memória, integridade e construção na favela de Manguinhos. In: COLÓQUIO IBEROAMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 4., 2016, Belo Horizonte, *Anais ...* Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 1 - 16.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim, et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁷ Através da Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro ou de seu Interesse. A citada comissão foi criada em 17 de outubro de 2018 e é constituída por clérigos, religiosos, leigos católicos ou técnicos de formação acadêmica, os quais buscam assessorar e analisar os projetos de restauração e intervenção em todo o território arquidiocesano.

GUATARRI, Félix. *As três ecologias*. 11ª Ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan/ Museu Imperial, 1999.

LEVI-SATRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Madri, España: Editorial Síntesis, 2004.

NIEMEYER, Oscar. Voos e vãos. Rio de Janeiro: 1987. Entrevista concedida a WOLF, José. In: ANTUNES, Bianca. *Entrevistas: Revista AU*. São Paulo: Pini, 2012.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. Et al. *Lugar para a Ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.